

Goldman Sachs

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar - parte, 17º andar e 18º andar - parte, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 30 DE JUNHO DE 2016 - Em milhares de reais

Apresentação

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") para o semestre findo em 30 de junho de 2016.

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

Destques

• Resultado do Semestre

No semestre findo em 30 de junho de 2016, o Banco registrou Lucro Líquido de R\$ 82,6 milhões, correspondente a R\$ 0,06 por ação e rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido final de 11,81%.

• Limite de Basileia - Patrimônio de Referência Exigido

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro, de acordo com as diretrizes do Banco Central. O índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado em função do grau de risco da estrutura dos ativos. Em 30 de junho de 2016, o índice de Basileia do Conglomerado Financeiro, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 23,33%, sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

• Obtenção do Cancelamento de Registro como "Swap Dealer"

Conforme aprovado na Reunião de Diretoria realizada em 15 de julho de 2016, o Banco solicitou o cancelamento de registro como Swap Dealer perante a U.S. Commodities Futures Trading Commission ("CFTC"), nos termos do Commodity Exchange Act, Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act e legislação e regulação aplicáveis, uma vez que as atividades que motivaram o registro, realizado originalmente em 29 de agosto de 2014, deixaram de ser praticadas pelo Banco. Como resultado, o registro do Banco como Swap Dealer foi cancelado em 14 de agosto de 2016.

Governança Corporativa - Comitê de Auditoria

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.198, de 27 de maio de 2004 (conforme alterada), informamos que em 31 de março de 2016 foi instalado o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado"). Compete ao Comitê, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Gestão de Riscos

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Dessa forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados às nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, socioambiental, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O Conglomerado Financeiro é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.090/12, nº 3.380/06, nº 3.464/07, nº 3.721/09 e nº 4.327/14, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gestão de Riscos de Liquidez, Operacional, de Mercado, de Crédito e Socioambiental, respectivamente.

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Goldman Sachs e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Goldman Sachs Brasil reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade

ambiental e o desenvolvimento das comunidades em que está inserido, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Goldman Sachs Brasil atua para que suas instalações e negócios adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas relacionam-se com o meio ambiente e com as comunidades em que está inserido. A Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental foi publicada no dia 30 de julho de 2015 e pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf>.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/14, o Goldman Sachs Brasil elaborou e está seguindo o plano de ação para a implementação de sua política de responsabilidade socioambiental.

Ouidoria

Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.849/10, que dispõe sobre a instituição de componente organizacional de Ouidoria, informamos que não há registros de qualquer demanda ou reclamação no semestre findo em 30 de junho de 2016.

Endereço Eletrônico

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis na página do Banco na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

Ouvidoria Goldman Sachs Brasil:

0800 727 5764 e/ou ouvidoriagoldmansachs@gs.com.

Horário de funcionamento: segunda-feira a sexta-feira

(exceto feriados), das 9h às 18h.

São Paulo, 25 de agosto de 2016

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em R\$ mil

Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante	9.154.774	8.857.863	Circulante	7.199.587	7.386.035
Disponibilidades	2.608	1.363	Depósitos (nota 14)	1.653	266.023
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	1.632.291	1.776.753	Depósitos interfinanceiros	-	163.011
Aplicações no mercado aberto (nota 7 (a))	1.575.991	1.725.828	Depósitos a prazo	1.653	103.012
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	56.300	50.925	Captações no mercado aberto (nota 15)	514.748	2.725.531
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.006.580	6.819.142	Carteira própria	299.194	1.473.827
Carteira própria (nota 8)	837.027	1.112.652	Carteira de terceiros	-	196.168
Vinculados a compromissos de recompra (nota 8)	302.389	1.482.500	Carteira livre movimentação	215.554	1.055.536
Vinculados a prestação de garantias (nota 8)	863.844	2.324.050	Obrigações por empréstimos (nota 16)	1.317.695	1.483.155
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	3.003.320	1.899.940	Empréstimos no exterior	1.317.695	1.483.155
Outros créditos	2.512.551	260.364	Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	2.650.002	2.448.308
Carteira de câmbio (nota 11)	2.169.645	87.917	Instrumentos financeiros derivativos	2.650.002	2.448.308
Rendas a receber	557	-	Outras obrigações	2.715.489	463.018
Negociação e intermediação de valores (nota 17)	315.902	139.705	Carteira de câmbio (nota 11)	2.349.946	88.653
Diversos (nota 12)	26.572	32.742	Sociais e estatutárias	2.268	1.999
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 12)	(125)	-	Fiscais e previdenciárias (nota 18 (a))	198.531	61.986
Outros valores e bens	744	241	Negociação e intermediação de valores (nota 17)	79.315	205.101
Despesas antecipadas	744	241	Diversas (nota 18 (b))	85.429	105.279
Realizável a longo prazo	1.412.480	988.367	Exigível a longo prazo	2.182.110	1.459.615
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	-	73.210	Depósitos (nota 14)	248.037	234.886
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	-	73.210	Depósitos interfinanceiros	184.278	2.431
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.365.364	891.702	Depósitos a prazo	63.759	232.455
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	1.365.364	891.702	Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	1.910.573	1.184.606
Outros créditos (nota 12)	47.116	23.455	Instrumentos financeiros derivativos	1.910.573	1.184.606
Diversos	151.810	23.455	Outras obrigações	23.500	40.123
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (104.694)	(104.694)	-	Diversas (nota 18 (b))	23.500	40.123
Permanente	213.004	219.358	Patrimônio líquido	1.398.561	1.219.938
Investimentos (nota 13 (a))	179.957	164.159	Capital social	1.383.596	1.383.596
Participação em controlada no país	179.957	164.159	De domiciliados no exterior (nota 20 (a))	1.383.596	1.383.596
Imobilizado de uso (nota 13 (b))	8.722	16.438	Reserva de capital (nota 20 (c))	31.529	9.626
Outras imobilizações de uso	32.919	37.592	Prejuízos acumulados	(16.564)	(173.284)
(-) Depreciações acumuladas	(24.197)	(21.154)	Total do passivo e patrimônio líquido	10.780.258	10.065.588
Diferido (nota 13 (c))	24.325	38.761			
Gastos de organização e expansão	42.637	55.204			
(-) Amortização acumulada	(18.312)	(16.443)			
Total do ativo	10.780.258	10.065.588			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 30 DE JUNHO
Em R\$ mil, exceto lucro por ação

	2016	2015
Receitas da intermediação financeira	426.741	334.248
Operações de crédito (nota 10)	-	9.758
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	426.741	324.490
Despesas da intermediação financeira	(197.516)	(171.385)
Operações de captação no mercado aberto	(120.253)	(88.930)
Operações de empréstimos e repasses	191.092	(134.077)
Resultado de operações de câmbio	28.503	(21.372)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 9 (e))	(296.858)	79.854
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (nota 10 (a))	-	(7.574)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 10)	-	714
Resultado bruto da intermediação financeira	229.225	162.863
Outras receitas (despesas) operacionais	(72.233)	(15.164)
Receitas de prestação de serviços (nota 23 (c))	177.805	180.175
Despesas de pessoal (nota 23 (d))	(97.251)	(108.408)
Outras despesas administrativas (nota 23 (e))	(40.948)	(52.773)
Despesas tributárias (nota 23 (f))	(18.269)	(19.955)
Resultado de participação em controlada (nota 13 (a))	948	(10.025)
Outras receitas operacionais (nota 23 (g))	45.097	17.717
Outras despesas operacionais (nota 23 (h))	(139.615)	(21.895)
Resultado operacional	156.992	147.699
Resultado não operacional (nota 23 (i))	4.517	4.932
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	161.509	152.631
Imposto de renda e contribuição social (nota 19)	(76.675)	(48.955)
Provisão para imposto de renda	(13.557)	(16.267)
Provisão para contribuição social	(10.562)	(9.768)
Passivo fiscal diferido	(52.556)	(22.920)
Participações estatutárias no lucro	(2.268)	(2.000)
Participação no lucro	(2.268)	(2.000)
Lucro líquido do semestre	82.566	101.676
Lucro líquido por ação (em reais)	0,06	0,07

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO - Em R\$ mil

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.383.596	7.747	(274.960)	1.116.383
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 20 (c))	-	1.879	-	1.879
Lucro líquido do semestre	-	-	101.676	101.676
Saldos em 30 de junho de 2015	1.383.596	9.626	(173.284)	1.219.938
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.383.596	14.436	(99.130)	1.298.902
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 20 (c))	-	17.093	-	17.093
Lucro líquido do semestre	-	-	82.566	82.566
Saldos em 30 de junho de 2016	1.383.596	31.529	(16.564)	1.398.561

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO - Em R\$ mil

	2016	2015
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do semestre	272.224	123.000
Lucro líquido do semestre	82.566	101.676
Ajustes ao lucro líquido	189.658	21.324
Resultado de participação em controlada	(948)	10.025
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	26.994	(19.560)
Depreciações e amortizações	3.969	5.225
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	714
Constituição de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	104.819	-
Participações no lucro	2.268	2.000
Provisão para impostos e contribuições diferidos	52.556	22.920
Variáveis de ativos e obrigações	(101.306)	(364.376)
Redução(aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	119.261	(694.494)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(833.608)	(2.183.038)
Redução em operações de crédito (Aumento)/redução em outros créditos	(488.196)	38.951
Redução em outros valores e bens (Redução)/aumento em depósitos	277	468
(Redução)/aumento em depósitos no mercado aberto	(83.113)	46.661
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.881)	(35.789)
Aumento/(redução) em outras obrigações	1.850.913	(111.646)
Juros recebidos	142.339	76.538
Juros pagos	(73.107)	(47.917)
Caixa originado (utilizado) nas atividades operacionais	170.918	(241.376)
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(1.365)	(37)
Baixa de imobilizado	116	412
Caixa utilizado (originado) nas atividades de investimento	(1.249)	375
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação em obrigações por empréstimos	185.540	485.848
Caixa (utilizado) originado nas atividades de financiamento	185.540	485.848
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	355.209	244.847
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	3.690	318.590
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(26.994)	19.560
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	331.905	582.997
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	355.209	244.847

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2016 - Em R\$ mil

1. Contexto Operacional

O Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, autorizada a operar como banco múltiplo com as carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento, incluindo a gestão e administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos e a prática de operações de câmbio.

O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs ("Grupo"), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente. Em 2008 o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.

Em maio de 2008 o Banco Central do Brasil ("BACEN") autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 autorização do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno. O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado Financeiro").

Em dezembro de 2009 o Banco iniciou atividade de gestão de grandes fortunas (*Private Wealth Management* - "PWM"). Em junho de 2015, o Banco comunicou sua decisão de reorientar a atividade de PWM no Brasil, passando a focar no negócio de investimento global, descontinuando a atividade de gestão de fundos e carteiras locais.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, conforme aplicável, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN e alterações posteriores:

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- Pronunciamento Conceitual Básico - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 33 - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

3. Principais Práticas Contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

(b) Saldos de operações em moeda estrangeira

Demonstrados com base na PTAX de fechamento na data do encerramento do semestre. A taxa PTAX corresponde às médias aritméticas das taxas de compra e de venda realizadas diariamente.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Goldman Sachs

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar - parte, 17º andar e 18º andar - parte, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2016 - Em R\$ mil

A provisão para imposto de renda federal é constituída utilizando-se à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 120 mil no semestre. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável entre o período de 1º de janeiro de 2015 e 31 de agosto de 2015. A Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou à alíquota da Contribuição Social para 20% para o período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada de acordo com os procedimentos introduzidos pela Instrução Normativa nº 1.591, de 05 de novembro de 2015, editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(I) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para demandas judiciais e administrativas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(m) Plano de incentivo de ações

Os funcionários elegíveis do Banco participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*) em contrapartida ao patrimônio líquido, em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 22 (b)) e, posteriormente reclassificado para rubrica do passivo, "Outras Obrigações - Diversas", em função do acordo de repagamento entre o Banco e o controlador, The Goldman Sachs Group, Inc.

4. Gerenciamento de Capital

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado Financeiro foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11 e com a Circular nº 3.547/11 do BACEN. Tais medidas estão alinhadas com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A adequação de capital é de fundamental importância para o Conglomerado Financeiro. O objetivo do Conglomerado Financeiro é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Conglomerado Financeiro implementou uma política abrangente de Gerenciamento de Capital ("Política") que se destina a definir e manter um valor apropriado de capital.

Os níveis de capital do Conglomerado Financeiro são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado Financeiro, incluindo os riscos de reputação estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado Financeiro;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado Financeiro; e
- Os instrumentos de capital.

(a) Estrutura de capital

Há duas principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado Financeiro:

- **Exigências de Capital - Basileia** - O BACEN supervisiona o sistema bancário brasileiro de acordo com as diretrizes do Comitê de Basileia e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia.
- **Exigências de Capital - Limite de Exposição por Cliente** - O CMN e o BACEN limitam a exposição total às contrapartes em 25% do capital do Conglomerado Financeiro.

A meta do Conglomerado Financeiro é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como um *buffer* que reflita o ambiente do mercado, nossos negócios e futuras alterações regulatórias.

(b) Plano de Contingência de Capital (CCP)

No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado Financeiro manterá um Plano de Contingência de Capital ("CCP") que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delineia procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (Pilar III) e nº 3.716/14, as informações referentes à estrutura de gerenciamento de capital, à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis para acesso público no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

5. Gerenciamento de Risco - Visão Geral

O Conglomerado Financeiro acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através dos quais monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões sócio-ambientais. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos/controles e pessoas.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.721/09, o Conglomerado Financeiro possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado Financeiro está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis.

A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado Financeiro está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de renda), reportando-se ao diretor de risco do Conglomerado Financeiro.

O Comitê de Política de Crédito e o Comitê Geral de Risco (comitês globais da firma) criam e revisam políticas e parâmetros de crédito ao nível do grupo GS. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBR) revisa as políticas e parâmetros de crédito especificamente para a Goldman Sachs Brasil e garante a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado Financeiro assumira uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

(b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

O Conglomerado Financeiro mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado Financeiro. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- Risco de taxa de juros: resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos *spreads* de crédito.
- Risco de preço das ações: decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.
- Risco de taxa de câmbio: resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.
- Risco de preço de *commodities*: decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias "*commodities*".

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado Financeiro.

O Conglomerado Financeiro emprega diversos tipos de métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo.

- As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (*Value at Risk*) e métricas de sensibilidade.
- Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse.

Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsionadores e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.

(c) Risco operacional

Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.

De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, e melhores práticas de mercado, o Conglomerado Financeiro implementou uma estrutura local de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional.

A exposição ao risco operacional deriva de erros de processamento de rotinas, bem como incidentes extraordinários, tais como falhas de sistemas. Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado Financeiro mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O Comitê Global de Risco Operacional, juntamente com comitês regionais, supervisionam o contínuo desenvolvimento e a implementação das estruturas e políticas de risco operacional do Conglomerado Financeiro.

O departamento de Gestão de Risco Operacional é independente das unidades geradoras de receita e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e controles em uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional do Conglomerado Financeiro.

(d) Risco de liquidez

A gestão da Liquidez tem importância crítica em Instituições Financeiras. Dessa forma, o Conglomerado Financeiro estabeleceu uma série de políticas de gestão de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Goldman Sachs, mas também do mercado financeiro que podem afetar nossas operações. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Goldman Sachs no Brasil e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado Financeiro Goldman Sachs observa e atende os termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.090/12.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o Diretor-Estatutário responsável pelo Risco de Liquidez da Instituição.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 30 de junho de 2016, caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 2.608 (2015 - R\$ 1.363) e, por aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 329.297 (2015 - R\$ 581.634) (nota 7 (a)).

7. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

(a) Aplicações no mercado aberto

Em 30 de junho de 2016, estão constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas, no montante de R\$ 1.575.991 (2015 - R\$ 1.725.828) e compostas conforme abaixo demonstrado. Em 30 de junho de 2015, o saldo de R\$ 10.201 corresponde a operação compromissada com partes relacionadas (nota 21(a)).

	2016	2015	
	Custo	Custo	
Vencimento	corrigido	corrigido	
Posição bancada:			
Sem acordo de livre movimentação			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Até 3 meses	29.298	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Até 3 meses	-	92.200
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 3 meses	299.999	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Até 3 meses	-	80.000
Subtotal		329.297	172.200
Com acordo de livre movimentação			
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Até 3 meses	-	9.564
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 3 meses	-	112.779
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Até 3 meses	-	150.013
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Acima de 3 meses	-	10.177
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Acima de 3 meses	246.050	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Acima de 3 meses	808.262	-
Subtotal		1.054.312	282.533
Posição financiada:			
Com acordo de livre movimentação			
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Até 3 meses	-	200.864
Subtotal		-	200.864
Posição vendida:			
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 3 meses	-	447.397
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Até 3 meses	-	429.399
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Acima de 3 meses	92.947	91.624
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Acima de 3 meses	99.435	101.811
Subtotal		192.382	1.070.231
Total		1.575.991	1.725.828

(b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 30 de junho de 2016, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 56.300 (2015 - R\$ 124.135), com vencimento até 09 de janeiro de 2017 e taxas correspondentes a 100% do CDI.

8. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria "títulos para negociação". Os valores de mercado dos títulos públicos representam o valor presente dos mesmos, os quais foram calculados com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

(a) Composição por classificação e tipo

	2016	2015
	Custo	Valor de
	corrigido	mercado
Composição da carteira		
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	55	55
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	444.942	444.994
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	52.338	52.884
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	333.194	339.094
Notas do Tesouro Nacional (NTN-I)	-	-
Vinculados a compromisso de recompra	300.837	302.389
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	270.997	271.840
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	29.840	30.549
Vinculados à prestação de garantias na BM&FBOVESPA	848.579	853.820
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	83.005	82.978
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	202.828	205.514
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	562.746	565.328
Vinculados à prestação de garantias - Outros	10.005	10.024
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10.005	10.024
Total da carteira	1.989.950	2.003.260

(b) Composição do valor nominal por contraparte

	2016				2015
	Instituições Financeiras	Corporate	Institucional	BM&FBOVESPA	Total
Swaps	7.299.244	1.871.457	111.344.641	-	120.515.342
Opções	155.660	104.310	342.286	-	602.256
NDF (<i>Non-deliverable forward</i>)	41.999	52.316	7.366.232	-	7.460.547
Outros derivativos	374.154	-	1.036.161	-	1.410.315
Operações com futuros	-	-	-	39.060.376	39.060.376
Termo de título público	2.420.203	-	-	-	2.420.203
Total	10.291.260	2.028.083	120.089.320	39.060.376	175.039.752

(c) Composição do valor nominal por local de negociação

	2016			2015
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Swaps	-	120.515.342	120.515.342	86.544.588
Opções	-	602.256	602.256	17.359.029
NDF (<i>Non-deliverable forward</i>)	-	7.460.547	7.460.547	22.152.466
Outros derivativos	-	1.410.315	1.410.315	2.826.454
Operações com futuros	39.060.376	-	39.060.376	44.871.402
Termo de título público	-	2.420.203	2.420.203	1.285.813
Total	39.060.376	132.408.663	171.469.039	175.039.752

(d) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de *swap*, opções, termo de moeda e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

(b) Classificação e composição por prazo de vencimento

Títulos para negociação (1)	2016				2015	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Valor de mercado
Carteira própria	398.426	76.808	168.310	193.483	837.027	1.112.652
Vinculados a compromisso de recompra	24.103	89.735	182.105	6.446	302.389	1.482.500
Vinculados à prestação de garantias - BM&FBOVESPA (2)	110.790	127.766	538.196	77.068	853.820	2.304.758
Vinculados à prestação de garantia - Outros	-	-	10.024	-	10.024	19.292
Total	533.319	294.309	898.635	276.997	2.003.260	4.919.202

(1) Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimentos, conforme Circular nº 3.068/01, do BACEN.

(2) Os títulos públicos vinculados à prestação de garantia referem-se às operações realizadas junto à *clearing* de derivativos BM&FBOVESPA.

9. Instrumentos Financeiros Derivativos

Estão representados por operações de futuros, *swap*, opções, operações a termo de título público e de moeda - NDF (*Non-Deliverable Forward*) e outros derivativos devidamente registrados na BM&FBOVESPA ou na CETIP, conforme o caso, envolvendo taxa do mercado interfinanceiro, ações, *commodities* e variação cambial.

O Banco atua no mercado de futuros da BM&FBOVESPA, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (*hedge* global).

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de *commodities*.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como "VaR".

A precificação dos contratos futuros detidos pelo Banco é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela BM&FBOVESPA.

A precificação das operações de *swap* e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtida por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria BM&FBOVESPA.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Os instrumentos financeiros derivativos listados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 30 de junho estão representados como segue:

(a) Composição por indexador

	2016	2015
	Valor a receber	Valor a pagar
	Valor nominal	Valor nominal
Operações de swap	1.663.225	(1.967.665)
CDI x Euro	355.856	-
CDI x Fundo de índice	-	-
CDI x Índice de ação	-	-
CDI x Libor	26.261	(89.551)
CDI x Pré	536.486	(521.922)
CDI x USD	32.145	(249.542)
Euro x CDI	-	(355.035)
Fundo de índice x CDI	-	-
Fundo de índice x Pré	-	(56)
Índice de ação x CDI	-	-
IPCA x CDI	-	-

Goldman Sachs

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar - parte, 17º andar e 18º andar - parte, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2016 - Em R\$ mil

(e) Resultado com derivativos

	2016	2015
Sivaps	(588.561)	(27.941)
Futuros	(631.649)	964.544
NDF (Non-deliverable forward)	974.993	(837.986)
Opções	(51.468)	(18.027)
Outros	(173)	(736)
Total	(296.858)	79.854

10. Operações de Crédito e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A classificação das operações de crédito e constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa observam os seguintes critérios, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99:

- As operações de crédito devem ser classificadas em nove níveis de risco, entre "AA" (risco mínimo/nulo - 0%) e "H" (risco máximo - 100%); e
- A provisão para crédito de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco. Essa classificação leva em consideração, dentre outras variáveis, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

Não há saldos em aberto de Operações de Crédito em 30 de junho de 2016 e 2015. No semestre findo em 30 de junho de 2015 a receita de operações de crédito é de R\$ 9.758 e, devido à liquidação total antecipada da operação de crédito em 22 de junho de 2015, foi reconhecida a reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 714.

(a) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

Em 30 de setembro de 2014, o Banco cedeu o montante de R\$ 141.301, referente à operação de crédito, com retenção substancial de riscos e benefícios. Os créditos cedidos com "retenção substancial dos riscos e benefícios" permaneceram em sua totalidade registrados no ativo. Os valores recebidos na operação foram registrados no ativo tendo como contrapartida a rubrica "Outras Obrigações - Diversas" até a data de sua liquidação, referente à obrigação assumida e as receitas e despesas apropriadas de forma segregada no resultado do período pelo prazo remanescente da operação. Não há despesa auferida no semestre findo em 30 de junho de 2016 (2015 - R\$ 7.574). A operação de cessão de crédito realizada em setembro de 2014 foi liquidada em 19 de junho de 2015.

11. Carteira de Câmbio

Em 30 de junho, os saldos são compostos por:

	2016	2015
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	513.304	8.618
(-) Adiantamentos em moeda estrangeira recebidos	(195.798)	(1.187)
Direitos sobre vendas de câmbio	1.852.139	80.486
Total	2.169.645	87.917
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	1.834.271	80.056
Obrigações por compra de câmbio	515.675	8.597
Total	2.349.946	88.653

12. Outros Créditos - Diversos

Em 30 de junho, os saldos são compostos por:

	2016	2015
Impostos e contribuições a compensar	47.116	21.960
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 21 (a))	19.175	30.010
Outros (1)	112.091	4.227
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (1)	(104.819)	-
Total	73.563	56.197

(1) "Outros" refere-se, principalmente, a créditos a receber originados de operações de instrumentos financeiros derivativos de clientes em processo de recuperação judicial, sem característica de concessão de crédito, no montante de R\$ 104.694 (2015 - zero), para os quais foi constituída provisão equivalente a 100% do saldo a receber, registrada na rubrica "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa - sem característica de concessão de crédito", tendo como contrapartida Outras despesas operacionais (nota 23 (h)).

13. Permanente

(a) Investimentos

O Banco possui participação de 100% em sociedade controlada, a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme abaixo:

	2016	2015
Participação no capital integralizado	100%	100%
Quantidade de ações detidas	176.000.000	176.000.000
Capital social da controlada	176.000	176.000
Patrimônio líquido da controlada	179.957	164.159
Reserva de capital	4.047	-
Resultado de participação em controlada	948	(10.025)
Prejuízos acumulados com equivalência patrimonial	(90)	(11.841)
Valor contábil do investimento	179.957	164.159

(b) Imobilizado de uso

	2016		2015	
	Taxa anual depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	7.168 (3.177)	3.991 10.457 (2.710)	7.747
Imobilizações em curso	-	1.204	-	-
Equipamentos				
de comunicação	10%	15.278 (13.221)	2.057 16.651 (9.933)	6.718
Processamento de dados	20%	9.269 (7.799)	1.470 10.484 (8.511)	1.973
Total		32.919 (24.197)	8.722 37.592 (21.154)	16.438

(c) Diferido - constituição e reestruturação da sociedade e gastos de organização e expansão

Representado, substancialmente, por gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social, baseado em estudo técnico elaborado pelo Banco, conforme estabelece o artigo 2º da Resolução CMN nº 3.617/08, no montante de R\$ 24.325 (2015 - R\$ 38.761). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Administração decidiu por otimizar a utilização do imóvel de terceiros, sede de seu escritório, e como consequência efetuar o distrato do aluguel de um dos andares, inicialmente previsto para encerrar em outubro de 2022, até então sublocado. Em razão da não expectativa de geração de benefícios econômicos futuros na utilização do espaço, em 31 de dezembro de 2015, foi reconhecida a não recuperabilidade das benfeitorias do andar contabilizadas no montante de R\$ 8.292.

14. Depósitos

	2016	2015
Depósitos interfinanceiros	184.278	165.442
De 1 a 90 dias	-	163.011
A vencer após 360 dias	184.278	2.431
Depósitos a prazo	65.412	335.467
De 1 a 90 dias	-	103.012
De 91 até 360 dias	1.653	-
A vencer após 360 dias	63.759	232.455
Total de depósitos	249.690	500.909
Circulante	1.653	266.023
Exigível a longo prazo	248.037	234.886

Depósitos interfinanceiros, representados por captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros com instituições financeiras, foram contratados à taxas que variam entre 98% a 100% do CDI, sendo o montante de R\$ 181.505 (2015 - R\$ 154.268) correspondente à transação com partes relacionadas (nota 21(a)).

Depósitos a prazo, representados por captações em Certificados de Depósitos Bancários com clientes, foram contratados à taxas que variam de 98% a 100% do CDI, sendo a totalidade de R\$ 65.412 (2015 - R\$ 232.455) correspondente a transações com partes relacionadas (nota 21 (a)).

15. Captações no Mercado Aberto

Em 30 de junho de 2016 e de 2015 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 514.748 (2015 - R\$ 2.725.531), sendo que, desse valor:

- R\$ 299.194 (2015 - R\$ 1.473.827) correspondem a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria e liquidadas em 1º de julho de 2016, sendo R\$ 100.797 (2015 - zero) referente a transações com parte relacionada (nota 21 (a));
- Em 30 de junho de 2015, R\$ 196.168 correspondem a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos de terceiros e liquidadas em 1º de julho de 2015, sendo desse total o valor de R\$ 34.000 uma transação com parte relacionada (nota 21 (a)); e
- R\$ 215.554 (2015 - R\$ 1.055.536) correspondem a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-B e NTN-F.

16. Obrigações por Empréstimos

Em 30 de junho, referem-se a empréstimos captados no exterior junto à Goldman Sachs Group Inc., Nova Iorque, em dólar, resumido como segue:

	Até 3 meses	2016 Total	2015 Total
Captações em moeda - dólar	1.317.695	1.317.695	1.483.155
Total em reais equivalentes	1.317.695	1.317.695	1.483.155

De acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pelas normas e instruções emanadas pelo CMN e BACEN, os saldos das operações em moeda estrangeira (aí incluídas as obrigações por empréstimos) foram demonstrados com base na PTAX de fechamento na data de encerramento do semestre. Ainda, com o objetivo de reduzir os riscos resultantes de suas operações (hedje global), o Banco possui instrumentos financeiros derivativos negociados no mercado de futuros da BM&FBovespa, cuja taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia ("Spot").

Diante do acima exposto, considerando a expressiva diferença entre as taxas de câmbio anteriormente descritas, verificou-se em 30 de junho de 2016 um descasamento entre a variação cambial gerada pelas obrigações de empréstimos captados no exterior e os instrumentos financeiros derivativos realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial. Nesse sentido, caso o Banco adotasse a mesma taxa de câmbio de fechamento para as duas operações, o efeito no resultado seria uma receita de R\$ 6.729.

17. Negociação e Intermediação de Valores

No ativo, refere-se a depósitos em moeda estrangeira para garantia na Bolsa de Mercadorias e Câmbio ("BMC") no montante de R\$ 269.623 (2015 - R\$ 139.618), e a operações com devedores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 46.279 (2015 - R\$ 87). No passivo, refere-se a comissões e corretagens a pagar no montante de R\$ 1.722 (2015 - R\$ 1.208), operações com ativos financeiros a liquidar, no montante de R\$ 77.593 (2015 - R\$ 26.843). Em 2015, incluem também leilão a liquidar junto ao Banco Central do Brasil no montante de R\$ 161.165 e a credores - contas liquidações pendentes no valor de R\$ 15.885.

18. Outras Obrigações

(a) Fiscais e previdenciárias

Em 30 de junho, o saldo está composto por:

	2016	2015
Provisão para imposto de renda diferido (IRPJ e CSLL) (1)	142.900	47.476
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	3.526	3.263
Impostos e contribuições sobre salários a recolher	4.303	8.479
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros a recolher	47.802	2.768
Total	198.531	61.986

(1) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

(b) Diversas

	2016	2015
Em 30 de junho, o saldo está composto por:		
Valores a pagar sociedades ligadas (nota 21(a))	45.450	70.442
Provisão para outras despesas administrativas (1)	17.175	31.507
Provisão para despesas de pessoal	39.383	28.785
Credores diversos - país	5.941	12.452
Fornecedores a pagar	-	1.254
Provisão para passivos contingentes (nota 23 (a))	980	962
Total	108.929	145.402

(1) Refere-se, substancialmente, a provisão de encargos sociais sobre os saldos referentes ao pagamento baseado em ações.

19. Imposto de Renda (IR), Contribuição Social (CS) e Créditos Tributários

(a) Os impostos e contribuições a recolher no semestre são demonstrados como segue:

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	161.509	161.509	152.631	152.631
Participação nos lucros	(2.268)	(2.268)	(2.000)	(2.000)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	159.241	159.241	150.631	150.631

Imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) à alíquota vigente até agosto de 2015 e (20%) a partir de setembro de 2015

Diferenças temporárias sem registro de ativo diferido fiscal	39.573	31.658	37.658	22.595
Diferenças temporárias com registro de passivo diferido fiscal	(41.711)	(33.369)	(20.465)	(12.278)
Diferenças permanentes	(118)	122	2.863	1.725
(Constituição)/compensação de prejuízo fiscal - não registrado contabilmente	(5.168)	-	(6.977)	-
(Constituição)/compensação de base negativa de CSLL - não registrado contabilmente	-	(4.130)	-	(4.186)
Outros	1.788	926	-	-
Imposto de renda e contribuição social do semestre	13.557	10.562	16.267	9.768

Aplicações no mercado aberto

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Investimento em controlada

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Instrumentos financeiros derivativos

Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)

Goldman Sachs Participações Ltda. (4)

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Valores a receber por negociação e intermediação de valores

Goldman Sachs Internacional (4)

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)

Outros valores a receber

Goldman, Sachs & Co. (4)

The Goldman Sachs Group, Inc. (1)

Goldman Sachs International (4)

Goldman Sachs Japan Co., LTD. (4)

Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. (4)

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)

Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)

J. Aron & Company (4)

Goldman Sachs Participações Ltda. (4)

Goldman Sachs Bank AG (4)

Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (4)

Outros valores a receber de partes relacionadas (4)

Depósito a prazo

Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)

Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. (4)

Goldman Sachs Participações Ltda. (4)

Goldman, Sachs & Co. (4)

Depósito interfinanceiro

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Captações no mercado aberto

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)

Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)

Valores a pagar por negociação e intermediação de valores

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Goldman Sachs Internacional (4)

Outros valores a pagar (i)

Goldman, Sachs & Co. (4)

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (3)

Goldman Sachs Internacional (4)

The Goldman Sachs Group, Inc. (1)

Goldman Sachs Paris Inc. et Cie (4)

Goldman Sachs Group Y Companhia, S. de R.L. de C.V. (4)

Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. (4)

Outros valores a pagar de partes relacionadas (4)

Empréstimos no exterior

The Goldman Sachs Group, Inc (1)

Capital social

The Goldman Sachs Group, Inc. (1)

Goldman Sachs Global Holdings, L.L.C. (1)

(i) Outros valores a pagar referem-se a reembolsos de despesas junto a partes relacionadas, principalmente, o repagamento do plano de incentivo de ações (RSU).

As transações entre partes relacionadas foram contratadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

(b) Remuneração de pessoas-chave da Administração

Foram considerados pessoas-chave da Administração os membros do Comitê Executivo e/ou diretores estatutários que não fazem parte desse comitê.

	2016	2015
Benefícios	1.236	1.273
Salários	5.028	4.557
Encargos sobre folha	1.979	1.452
Plano de previdência privada	113	102
Benefícios referem-se, principalmente, a férias, décimo terceiro salário, participação sobre o lucro, gratificações e pagamento baseado em ações.		

22. Plano de Previdência Privada e de Incentivo de Ações

(a) Plano de previdência privada

O Banco oferece a todos os funcionários um plano de previdência privada PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livre) na modalidade de contribuição definida.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016, o Banco contribuiu com R\$ 1.210 (2015 - R\$ 1.165) para o fundo de previdência, dos quais R\$ 113 (2015 - R\$ 102) referem-se às contribuições relativas às pessoas-chave da administração, conforme nota 21 (b).

(b) Plano de incentivo de ações

The Goldman Sachs Group, Inc., empresa controladora do Banco, patrocina o plano de pagamento em ações, Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc.

A provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos nos montantes de R\$ 79.389 (2015 - R\$ 29.672) e R\$ 63.511 (2015 - R\$ 17.804) respectivamente, é originada de ajustes de marcação a mercado de instrumentos financeiros. No primeiro semestre de 2016, foi constituído o montante de R\$ 52.556 (2015 - R\$ 22.920) referente a passivo fiscal diferido.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, nos montantes de R\$ 90.361 (2015 - R\$ 73.703) e R\$ 54.514 (2015 - R\$ 44.516), respectivamente, em 30 de junho de 2016 e 2015 não foram registrados contabilmente, os quais serão quando

Goldman Sachs

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar - parte, 17º andar e 18º andar - parte, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2016 - Em R\$ mil

A movimentação das RSUs para 30 de junho de 2016 e de 2015 está demonstrada a seguir:

	2016		2015	
	Requer serviço futuro (unvested) (nº de ações)	Não requer serviço futuro (vested) (nº de ações)	Requer serviço futuro (unvested) (nº de ações)	Não requer serviço futuro (vested) (nº de ações)
Movimentação pela quantidade de ações:				
Quantidade no final do ano anterior	16.178	102.844	27.239	133.853
Outorgada (1) (2) (granted)	13.758	17.718	0.049	13.318
Prescrita (forfeited)	(639)	(168)	-	(995)
Adquirida por direito (2) (vested)	(52)	52	(4.942)	4.942
Transferida entrada/saída (transfers)	(86)	(6.574)	(818)	294
Quantidade ao final do semestre	29.159	62.793	30.528	87.365
	2016		2015	
	Requer serviço futuro (unvested) (Média ponderada)	Não requer serviço futuro (vested) (Média ponderada)	Requer serviço futuro (unvested) (Média ponderada)	Não requer serviço futuro (vested) (Média ponderada)
Movimentação pela média ponderada:				
Saldo no final do ano anterior	494,69	462,05	423,26	420,43
Outorgada (1) (2) (granted)	437,69	444,11	498,96	499,02
Prescrita (forfeited)	460,86	421,06	-	457,01
Adquirida por direito (2) (vested)	492,51	492,51	443,55	443,55
Transferida entrada/saída (transfers)	488,95	475,08	453,48	270,61
Saldo ao final do semestre	468,63	463,53	440,01	450,28

(1) A média ponderada a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o semestre findo em 30 de junho de 2016 é de R\$ 441,32 (2015 - R\$ 499,02). O valor justo das RSUs outorgadas em 30 de junho de 2016 e em 30 de junho de 2015 inclui um desconto de liquidez (liquidity discount) de 9,31% e 8,66% respectivamente para refletir restrições de até 4 anos pós-aquisição do direito de transferência.

(2) O valor justo agregado das ações com direito adquirido em 30 de junho de 2016 é de R\$ 22.062 (2015 - R\$ 25.377).

O quadro abaixo demonstra a atividade referente as opções de ações:

	2016			2015		
	Saldo de opções (nº de ações)	Média preço de exercício (R\$)	Valor intrínseco agregado (R\$)	Saldo de opções (nº de ações)	Média preço de exercício (R\$)	Valor intrínseco agregado (R\$)
Saldo de opções						
Saldo ao final do ano anterior	-	-	-	34.976	244,42	12.484.756
Exercidas (exercised) (1)	-	-	-	(34.976)	244,42	-
Saldo de opções ao final do semestre	-	-	-	-	-	646,61
Exercíveis ao final do semestre	-	-	-	-	-	-

(1) Em 30 de junho de 2015, o valor total intrínseco de opções exercidas durante o semestre é de R\$ 14.067.

Em decorrência da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, o Banco registrou o total de despesas de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições, baseado no preço da data de outorga. Para o semestre findo em 30 de junho de 2016, foi registrado o montante de R\$ 2.792 (2015 - R\$ 9.392 (despesa)) referente à reversão da amortização dos prêmios em ações e do efeito da variação cambial calculada sobre o saldo da provisão para pagamento em ações registrada no passivo.

A contrapartida do lançamento acima foi contabilizada como provisão no Passivo. Adicionalmente, no semestre findo em 30 de junho de 2016, o Banco registrou reversão de despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 7.650 (2015 - R\$ 8.557 (despesa)), registrado na rubrica "Despesas de pessoal".

Considerando o contrato de repagamento assinado em 30 de junho de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc. a provisão para pagamento em ações referente ao semestre findo em 30 de junho de 2016 corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 32.458 (2015 - R\$ 58.472). Em 30 de junho de 2016, a provisão para encargos sociais, registrada na rubrica "Outras Obrigações - Diversas", é de R\$ 15.002 (2015 - R\$ 27.744).

23. Outras Informações**(a) Passivos contingentes e obrigações legais****• Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível**

Em 30 de junho de 2016, o Banco figura como parte em litígios de natureza trabalhista, patrocinados por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. O valor das contingências é provisionado com base nas características individuais de cada ação. Em 30 de junho de 2016, a provisão para contingências trabalhistas classificadas como perda de risco provável pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos, é de R\$ 980 (2015 - R\$ 962).

As contingências trabalhistas classificadas como possíveis com base nos pareceres

emitidos pelos advogados externos responsáveis pela condução das ações totalizam a R\$ 5.815 (2015 - R\$ 19.320).

• Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível

O Banco é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no valor de R\$ 306 (2015 - R\$ 288); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da venda de ações no IPO da BOVESPA no valor de R\$ 3.635 (2015 - R\$ 3.453); (c) PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A. pela Nova Bolsa S.A. no valor de R\$ 10.174 (2015 - R\$ 9.651); e (d) IRPJ relativo aos anos-calendários de 2009 a 2011, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 6.157 (2015 - R\$ 6.854), atualizados pela Selic acumulada desde a data do auto de infração até 30 de junho de 2016 e de 2015.

(b) Acordos para compensação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

O Banco tem celebrado com certas contrapartes acordos de compensação ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05. Tais acordos estabelecem, de modo geral, a compensação das obrigações decorrentes das operações bancárias vigentes e futuras cursadas com tais contrapartes. O registro dos acordos de compensação é feito na CETIP. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no Balanço Patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação de valores.

(c) Receitas de prestação de serviço

Receitas de prestação de serviços referem-se a:

	2016	2015
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica (1)	173.855	171.983
Rendas de administração de fundos de investimentos (2)	3.950	5.375
Rendas de comissões de colocação de títulos	-	2.816
Rendas de corretagens de operações em bolsas	-	1
Total	177.805	180.175

(1) Referem-se a rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas às partes relacionadas no valor de R\$ 164.601 (2015 - R\$ 118.032), rendas de serviços de consultoria e assessoria financeira no valor de R\$ 20 (2015 - R\$ 45.365), e a receitas com taxas de clearing prestadas a ligadas no valor de R\$ 9.234 (2015 - R\$ 8.586).

(2) Rendas de administração de fundos de investimentos incluem R\$ 1.670 (2015 - R\$ 5.365) de receita com partes relacionadas.

(d) Despesas de pessoal

Despesas de pessoal referem-se a:

	2016	2015
Despesa de pessoal - Proventos	71.943	76.379
Despesa de pessoal - Encargos	17.071	24.556
Despesa de pessoal - Benefícios e treinamentos	7.716	6.834
Despesa de remuneração - Estagiários	515	477
Outros	6	162
Total	97.251	108.408

(e) Outras despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	2016	2015
Aluguel	11.043	12.826
Serviços do sistema financeiro	7.261	5.996
Depreciação e amortização	3.969	5.225
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	2.955	2.020
Viagens	2.806	4.139
Serviços técnicos especializados (1)	2.225	12.145
Processamento de dados	1.990	1.625
Promoções e relações públicas	1.559	530
Materiais, manutenção e conservação de bens	1.547	2.096
Serviços de terceiros	1.204	1.337
Seguros, vigilância e segurança	597	602
Outras despesas administrativas	3.792	4.232
Total	40.948	52.773

(1) Em 30 de junho de 2015, serviços técnicos especializados incluem serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas no valor de R\$ 8.887.

(f) Despesas tributárias

Despesas tributárias referem-se a:

	2016	2015
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	8.772	8.875
Despesas de contribuição ao COFINS/PIS/PASEP	8.395	10.808
Despesas tributárias - IOF	200	272
Outras contribuições	902	-
Total	18.269	19.955

(g) Outras receitas operacionais

Referem-se, substancialmente, às receitas de variação cambial sobre saldos a receber em moeda estrangeira no valor de R\$ 31.263 (2015 - R\$ 17.292).

(h) Outras despesas operacionais

Referem-se, substancialmente, às despesas de variação cambial sobre saldos a pagar registrados em moeda estrangeira no valor de R\$ 32.522 (2015 - R\$ 17.171) e à provisão para outros créditos de liquidação duvidosa sem característica de concessão de crédito no montante de R\$ 104.819 (2015 - zero) (nota 12).

(i) Resultado não operacional

Refere-se, substancialmente, à receita decorrente da (i) locação de ativos, conforme descrito no "Instrumento Particular de Aluguel de Ativos", firmado na data de 28 de junho de 2013, entre o Banco e a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. e Goldman Sachs Participações Ltda. ("partes relacionadas"), (ii) sublocação de imóvel, conforme descrito nos "Instrumentos Particulares de Sublocação para fins não Residenciais", firmados na data de 04 de fevereiro de 2013 entre o Banco e partes relacionadas, no montante de R\$ 3.034 (2015 - R\$ 3.387), e (iii) sublocação de imóvel, conforme descrito nos "Instrumentos Particulares de Sublocação para fins não Residenciais" para terceiros no montante de R\$ 1.483 (2015 - R\$ 1.545).

24. Limites Operacionais**(a) Índice de Basileia e de imobilização**

O Banco adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN.

Em 30 de junho de 2016, o índice de Basileia apurado de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, com base no Conglomerado Prudencial é de 23,33% (2015 - 19,21%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 1.367.303 (2015 - R\$ 1.175.455). O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2016 é de 0,65% (2015 - 3,04%).

DIRETORIA

Diretor-Presidente: Paulo Carvalho Leme

André Laport Ribeiro
Antonio R. G. P. da S. PereiraC Douglas Fuge
Daniel Motta C. SilvaFernando P. Vallada
Gersoni A. F. M. MunhozKathia Aparecida Autuori
Silvia Regina Valente

CONTADORA

Silvia Regina Valente
CRC 1R 058075/O-8 "T" SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

São Paulo, 25 de agosto de 2016

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0